MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do director-geral da Repartição Internacional do Trabalho, tendo o Governo da Trindade e Tobago aceiteado, em 24 de Maio de 1963, as obrigações decorrentes da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, aquele país tornou-se membro da Organização Internacional do Trabalho, naquela mesma data.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 6 de Agosto de 1963. — O Director-Geral, *Albano Pires Fernandes Nogueira*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 45 191

Considerando que foi adjudicada à firma Efime — Estudos, Fabricos e Instalações Electromecânicas, L.^{da}, a empreitada de «Faculdade de Ciências da Universidade do Porto — Remodelação da instalação eléctrica (serviços gerais, matemáticas e desenhos)»;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de 300 dias, que abrange parte dos anos de 1963 e de 1964;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Efime — Estudos, Fabricos e Instalações Electromecânicas, L.^{da}, para a execução da empreitada de «Faculdade de Ciências da Universidade do Porto — Remodelação da instalação eléctrica (serviços gerais, matemáticas e desenhos)», pela importância de 474 704\$90.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 132 250\$ no corrente ano e 342 454\$90, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1964.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Agosto de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira*.

Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos

Decreto n.º 45 192

Considerando que, pelo Decreto n.º 43 989, de 24 de Outubro de 1961, foi a Direcção-Geral dos Serviços Hi-

dráulicos autorizada a celebrar contrato com João Vieira, L.^{da}, para execução da empreitada de construção do porto da Casa, ilha do Corvo, Açores;

Considerando que, pelo mesmo decreto, foi estipulada a seguinte ordenação de pagamentos, atendendo ao prazo contratual previsto, que era de dois anos:

1961	120 000\$00
1962	400 000\$00
1963	380 000\$00

Considerando que, em virtude das dificuldades de comunicações e transportes com as ilhas do arquipélago dos Açores, onde reside o adjudicatário, o contrato só veio a ser visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1962 e a consignação dos trabalhos, data a partir da qual se conta o prazo contratual, só foi feita em 20 de Junho de 1962;

Considerando que o prazo contratual é de dois anos e portanto só termina em 20 de Junho de 1964;

Considerando que, pelo estado de adiantamento dos trabalhos da empreitada, se prevê que no fim do ano de 1963 ainda haja trabalhos por realizar no valor de 320 000\$;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos autorizada a despende no ano de 1964 a importância que se apurar como saldo no fim do ano de 1963 do contrato da empreitada de construção do porto da Casa, ilha do Corvo, Açores, até ao limite de 320 000\$.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Agosto de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 20 008

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar com 20 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 290.º, n.º 13) «Encargos gerais — Outros encargos — Para fazer face aos encargos resultantes de conferências internacionais e organismos delas derivados e outras despesas correlativas», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor na província de S. Tomé e Príncipe, tomando como contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo 11.º, artigo 302.º «Exercícios findos — Para pagamento das despesas de exercícios findos referidas no artigo 57.º do Decreto n.º 17 881, de 11 de Janeiro de 1930, e legislação que posteriormente aditou ou alterou tal disposição», da mesma tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 14 de Agosto de 1963. — Pelo Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *J. Silva Cunha*.